

Coluna do Castello

ANC Quem vai pagar a soberania

EMBORA não tenha havido qualquer acordo na base da troca de concessões — o governo concordaria com os “projetos de decisão” em troca do reconhecimento do mandato de seis anos do presidente José Sarney —, há acordos em andamento que tratam de um tema e de outro.

O presidente Sarney, recebendo ontem pela manhã o deputado Luís Henrique, líder do PMDB, disse-lhe que, resolvida a questão do regimento da Constituinte, espera que a assembléia defina logo o prazo do seu mandato, de 4, 5 ou 6 anos, contanto que seja eliminada da pauta política esse tema.

Por seu porta-voz o chefe do governo fizera antes saber aos políticos e ao público que não concordava com a criação de “poderes paralelos”, numa alusão aos “projetos de decisão” inscritos no projeto de regimento da Constituinte. As coisas evoluíram: o governo aceita a redação segundo a qual a assembléia poderá votar projetos de decisão para sobrestar medidas que ponham em risco sua soberania. Caso se confirme o acordo e seja ele traduzido na votação do regimento pelo plenário, é claro que a Constituinte passa a ter poderes para sustar decisões do Executivo relativas, por exemplo, à dívida externa ou a decretos-leis sobre a situação econômico-financeira; e do Congresso, de reunir-se sem sua autorização.

Tem-se falado apenas nas medidas de emergência. Como o presidente Sarney não pretende recorrer a elas, o argumento facilita as negociações, mas não altera a essência da atribuição de poderes extras aos constituintes para intervir na ação do Executivo e do Legislativo. E como definir a duração do mandato presidencial em curso a não ser mediante um “projeto de decisão” ou algum “ato constitucional” (ou institucional) que opere com o consentimento geral a concretização do acordo proposto pelo presidente?

As negociações continuam e é de se esperar mais alguns problemas dada a atitude militante do PFL, a qual se ignora se é uma ação em causa própria ou manobras inspiradas pelo Palácio do Planalto. O sr Ulysses Guimarães, que está no centro das negociações, já encaminhou aliás outro acordo segundo o qual a Câmara funcionará uma vez por semana e o PFL e o PDS desistem de provocar sua reunião em ato de rebeldia contra a presidência da Casa.

Resta saber se esse entendimento excluirá do projeto de regimento da Constituinte referência ao funcionamento do Congresso, providência rigorosamente impertinente e descabida. É provável que o dispositivo do projeto regimental seja riscado. Mas entre a assembléia e as câmaras legislativas há ainda problemas em suspenso, um dos quais, a que se tem estado pouco atento, é a ausência de orçamento para funcionamento da Assembléia Constituinte.

Nem a emenda constitucional que convocou a Constituinte nem qualquer lei que a ela se seguisse estabeleceu dotações especiais para a Constituinte, a qual presumidamente funcionará com os recursos do Congresso, mesmo porque os membros de um são os mesmos da outra. Não havendo remuneração especial para os trabalhos constituintes, deve presumir-se que o comparecimento às sessões da assembléia não dão direito ao recebimento de jeton, devido apenas ao comparecimento a sessões da Câmara, do Senado e do Congresso.

Como não é provável que os constituintes se conformem em receber apenas um jeton por semana, o relativo à sessão da Câmara dos Deputados, proposta pelo sr Ulysses Guimarães, indaga-se qual será o procedimento soberano da Constituinte para remunerar os trabalhos da escrupulosa assembléia. Houve uma emenda ao regimento tratando da matéria, mas não foi acolhida no substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso. Por enquanto, portanto, os constituintes percebem apenas como senadores e deputados e, tecnicamente, só terão o jeton quando funcionarem como membros do Senado e da Câmara.

Mas como não é crível que os constituintes trabalhem sem paga, a questão deverá ser resolvida ou por ato de império da mesas das câmaras legislativas ou por decisão da soberana, que tudo pode fazer para afastar riscos em sua soberania. Logo pode afastar o risco de trabalhar sem recebimento de jetom.